

- b) Autorizar o gozo de férias aos funcionários da respectiva direcção, desde que previstas nos mapas de férias aprovados ou que se traduzam em alterações destes;
- c) Proceder à justificação das faltas dos funcionários da respectiva direcção;
- d) Conceder ou negar aos mesmos funcionários o estatuto de trabalhador-estudante.

3 — O presente despacho é de aplicação imediata, ficando ratificados todos os actos praticados, no âmbito das competências abrangidas por esta subdelegação, pelos dirigentes atrás referidos no período de 22 de Dezembro de 2005 até à data da sua publicação.

24 de Janeiro de 2006. — O Vogal do Conselho Directivo, *Ricardo Bexiga*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral de Protecção das Culturas

Despacho n.º 3022/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 26 de Agosto de 2005:

Maria de Fátima Fernandes Nogueira O'Neill Pedrosa — renovada a comissão de serviço como chefe de divisão de Formulações e Resíduos, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2005. — O Director-Geral, *C. São Simão de Carvalho*.

Despacho n.º 3023/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 10 de Novembro de 2005:

Carlos Manuel da Costa Pereira Godinho — renovada a comissão de serviço como chefe de divisão do Centro Nacional de Registo de Variedades Protegidas, com efeitos a partir de 11 de Janeiro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2005. — O Director-Geral, *C. São Simão de Carvalho*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais

Despacho (extracto) n.º 3024/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral dos Transportes Terrestres e Fluviais de 23 de Janeiro de 2006:

Licenciados Manuel Hermínio Lopes do Nascimento, Maria Augusta de Jesus Marques Carvalho, Rui Mendes Guerrinha, Ana Maria Correia Macedo e Paula Alexandra Ling Gouveia Quadros Ventura, técnicos superiores de 2.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, e Ângela Maria Borges Leitão, técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal do Departamento de Acordos Internacionais de Segurança Social, I. P. — nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos superiores de 1.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, sendo exonerados da anterior categoria com efeitos a partir da data da aceitação dos novos lugares. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Janeiro de 2006. — A Directora de Serviços de Administração e Organização, *Maria Gilda Macedo Costa*.

Despacho n.º 3025/2006 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 6.º da Portaria n.º 277-A/99, de 15 de Abril, na redacção que lhe foi dada pela Portaria n.º 2/2004, de 5 de Janeiro, o director-geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, através do despacho n.º 20 325/2004 (2.ª série), de 16 de Setembro, fixou a data de início da contagem de preços com taxímetro no concelho da Marinha Grande e definiu o tipo de tarifa a praticar pelos táxis afectos àquele concelho, tendo em conta o parecer emitido pela respectiva Câmara Municipal.

Considerando que a Câmara Municipal da Marinha Grande delibrou agora adoptar o regime de tarifa urbana apenas na área onde os táxis têm estacionamento condicionado e o de tarifa ao quilómetro onde o estacionamento dos táxis é fixo:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do n.º 6.º da Portaria n.º 277-A/99, de 15 de Abril, com a redacção dada pela Portaria n.º 2/2004, de 5 de Janeiro, e tendo em conta o disposto na convenção de preços dos táxis, assinada em 3 de Junho de 2005, determino o seguinte:

1 — As tarifas urbanas (tarifas 1 e 2) aplicar-se-ão na área da freguesia da Marinha Grande onde se pratica o regime de estacionamento condicionado, delimitada por deliberação camarária de 14 de Julho de 2005, havendo mudança para a tarifa ao quilómetro quando os respectivos táxis que lhe estão afectos efectuarem serviço para fora dela.

2 — A delimitação da área da freguesia da Marinha Grande onde se pratica o regime de estacionamento condicionado, referida no número anterior, é a seguinte: a norte, pela EN 242-1 junto às casas da Guarda Florestal, seguindo até à estrada que estabelece a ligação entre a Marinha Grande e a Garcia, até à placa de identificação do início do aglomerado da Garcia, continuando em direcção ao cruzamento da Rua das Figueiras com a Rua do Bico da Garcia, seguindo em direcção à EM 535, que assegura a ligação entre a Marinha Grande e a Coucinheira, até ao Cemitério de Casal Galego, continuando para nascente, junto às últimas habitações do aglomerado das Trutas na Rua Cinquenta e Dois, que liga este aglomerado ao da Amieira; deste ponto segue para sudeste, também junto às últimas habitações do aglomerado do Pêro Neto, na Estrada do Pêro Neto, continuando com a mesma direcção até ao final do aglomerado de Albergaria, na EN 242, de ligação a Leiria, junto ao primeiro semáforo existente no sentido Leiria-Marinha Grande; daqui, segue até à Estrada da Maceira, delimitado pelo Vale de Picassinos, seguindo para poente em direcção à Estrada dos Guilhermes, definido pelo nó de acesso à A 8, continuando com a mesma direcção até à curva da Boneca na EN 242, que liga a Marinha Grande à Nazaré, seguindo para noroeste até ao final do perímetro urbano definido para o aglomerado da Marinha Grande, no lugar da Fonte Santa, na Rua da Quinta do Warnhagen; esta delimitação continua junto ao perímetro urbano definido para o aglomerado da Marinha Grande, cruzando a EN 242-2 junto às casas das Matas Nacionais na Guarda Nova, até às casas das Matas Nacionais na EN 242-1, em Pedreanes, que estabelece a ligação a Vieira de Leiria.

3 — As tarifas ao quilómetro (tarifas 3, 4, 5 e 6) aplicar-se-ão na restante área do concelho da Marinha Grande, onde se pratica o regime de estacionamento fixo.

4 — Os locais de mudança de tarifa são assinalados por placas identificativas, cujo modelo é definido pelo despacho n.º 8236/2004 (2.ª série) do director-geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 24 de Abril de 2004.

5 — É revogado o despacho n.º 20 325/2004 (2.ª série), de 16 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 30 de Setembro de 2004, na parte aplicável ao regime tarifário.

6 — O presente despacho entra em vigor no próximo dia 1 de Março de 2006.

25 de Janeiro de 2006. — O Director-Geral, *Jorge Jacob*.

Escola Náutica Infante D. Henrique

Despacho (extracto) n.º 3026/2006 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Janeiro de 2006 do director da Escola Náutica Infante D. Henrique:

Tatiana Andreia Alves Pinho de Matos, assistente administrativa contratada do Agrupamento de Escolas da Direcção Regional de Educação de Lisboa — nomeada, precedendo concurso, assistente administrativa do quadro de pessoal não docente da Escola Náutica Infante D. Henrique, indo ocupar o lugar deixado vago pela transferência de José António Garcias Estradas para outro organismo em 15 de Junho de 2005, ficando posicionada no escalão 1, índice 199, da escala salarial da função pública.

Anabela Pinto Penela Vieira, oficial porteira do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Tribunal de Família e de Menores de Lisboa — nomeada, precedendo concurso, assistente administrativa do quadro de pessoal não docente da Escola Náutica Infante D. Henrique, indo ocupar o lugar deixado vago por Odília Maria Baptista Gonçalves Santos em 25 de Fevereiro de 2005, ficando posicionada no escalão 1, índice 199, da escala salarial da função pública.

Ercília da Conceição Pinto Aires Sebastião, auxiliar administrativa do quadro de pessoal não docente da Escola Náutica Infante D. Henrique — nomeada, precedendo concurso, assistente administrativa do mesmo quadro e serviço, indo ocupar o lugar deixado vago por Ana Maria Gonçalves Luís Carreira em 28 de Julho de 2005, ficando posicionada no escalão 1, índice 199, da escala salarial da função pública.

Maria Judite Gonçalves dos Reis, auxiliar administrativa do quadro de pessoal não docente da Escola Náutica Infante D. Henrique — nomeada, precedendo concurso, assistente administrativa do mesmo quadro de serviço, indo ocupar o lugar deixado vago por Palmira Maria Pedro Azenha em 28 de Julho de 2005, ficando posicionada no escalão 1, índice 199, da escala salarial da função pública.

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Janeiro de 2006. — O Director, *João M. R. Silva*.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Aviso n.º 1453/2006 (2.ª série). — Torna-se público que, conforme relatório fundamentado que elaborou, nos termos do n.º 3 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, o júri das provas de habilitação para o exercício de funções de coordenação científica requeridas pela investigadora principal de nomeação definitiva do quadro de pessoal deste Laboratório Nacional Doutora Laura Maria Mello Saraiva Caldeira deliberou, por unanimidade, que a candidata reúne os requisitos de pré-selecção previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo 33.º do referido Decreto-Lei n.º 124/99.

Após ter decorrido o prazo de audiência da interessada, nos termos previstos no n.º 4 do citado artigo 33.º, conjugado com os artigos 100.º a 105.º do Código do Procedimento Administrativo, o mencionado relatório foi homologado por deliberação da direcção do LNEC de 20 de Janeiro de 2006.

As provas públicas previstas nas alíneas a) e b) do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 124/99 terão lugar, respectivamente, nos dias 9 e 10 de Março de 2006, com início às 15 horas, na biblioteca deste Laboratório Nacional, sita no Edifício Manuel Rocha deste organismo.

24 de Janeiro de 2006. — Pelo Direcção, o Vice-Presidente, *Francisco Carvalhal*.

Obra Social do Ministério das Obras Públicas, I. P.

Despacho n.º 3027/2006 (2.ª série). — Pelo despacho conjunto n.º 2/2006, de 13 de Dezembro de 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 2, de 3 de Janeiro de 2006, foi nomeada presidente da direcção da Obra Social do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (OSMOP), em regime de substituição, a licenciada Maria do Castelo Serrão Lopes Martins Pereira, que por tal razão deixou vago o cargo de vogal da mesma direcção.

Dado que se torna imprescindível o regular funcionamento daquele órgão, decide-se, ao abrigo do disposto nos artigos 2.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 360/90, de 14 de Novembro, e nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 2.º e 1 do artigo 20.º e do artigo 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, proceder à nomeação da licenciada Sandra Maria Pedrinho Gradiz para exercer o cargo de vogal da direcção da OSMOP, em regime de substituição, publicando-se em anexo o seu *curriculum vitae*.

O presente despacho produz efeitos desde 13 de Dezembro de 2005 e cessa por caducidade logo que ocorra a situação prevista no n.º 2 do despacho conjunto n.º 2/2006, de 13 de Dezembro de 2005.

5 de Janeiro de 2006. — A Presidente, em regime de substituição, *Maria do Castelo Serrão Lopes Martins Pereira*.

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — Sandra Maria Pedrinho Gradiz;
Data de nascimento — 1 de Dezembro de 1972.

2 — Habilitações académicas — licenciatura em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, concluída em Julho de 1995.

3 — Formação complementar:

Curso de liderança e coordenação de equipas — Espiral Soft, Soluções Informáticas;
Curso de Operacionalização do Estatuto do Pessoal Dirigente — Instituto Nacional de Administração;
Curso de auditoria contabilística e financeira na Administração Pública — NPF — Pesquisa e Formação, L.ª;
Curso de Prestação de Contas e Responsabilidades Financeiras em Serviços com Autonomia Administrativa e Financeira — Instituto Nacional de Administração;
Diploma de especialização em Aquisição Pública de Bens e Serviços — Instituto Nacional de Administração;
Seminário de «Alta direcção» — Instituto Nacional de Administração;

Cursos de IVA e contabilidade analítica — Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas;

Curso de Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) — Nova Forum — Instituto de Formação de Executivos.

4 — Actividade profissional:

Desde Novembro de 2003:

Coordenadora dos Serviços de Contabilidade da Obra Social do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, I. P.; Implementação do POCP no ano 2004 e reformulação dos procedimentos internos;

2004 — nomeada técnica superior principal;

2000-2003 — desempenhou as funções de técnico superior de 1.ª classe do Instituto Geológico e Mineiro, área financeira. Implementação do POCP no ano 2000;

1999 — ingresso na função pública com nomeação definitiva na categoria de técnico superior de 2.ª classe, área financeira, do Instituto Geológico e Mineiro;

1996-1999 — exerceu as funções de técnico superior de 2.ª classe, como contratada a termo certo, do Instituto Geológico e Mineiro, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho;

1995-1996 — estágio na empresa CCA — Caiano Pereira Consultores Associados, L.ª, em auditoria e consultoria.

5 — Outras referências curriculares — inscrita como técnico oficial de contas na Associação dos Técnicos Oficiais de Contas.

MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA SAÚDE

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Despacho (extracto) n.º 3028/2006 (2.ª série). — Pela deliberação de mesa n.º 495/2005, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 7 de Dezembro de 2005:

Teresa Isabel Gomes de Almeida de Pinho e Maria da Graça Rodrigues Madeira Costa, com a categoria de técnico superior de 1.ª classe, da carreira técnica superior de psicologia, do quadro residual de pessoal da Misericórdia de Lisboa — nomeadas definitivamente, precedendo concurso interno de acesso limitado, na categoria de técnico superior principal, da carreira técnica superior de psicologia, do mesmo quadro de pessoal.

Maria de Lurdes Mendonça Braz Vieira e Maria Teresa Azeiteiro Gomes, com a categoria de técnico especialista da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica na área de farmácia do quadro residual de pessoal da Misericórdia de Lisboa — nomeadas definitivamente, precedendo concurso interno de acesso limitado, na categoria de técnico especialista de 1.ª classe da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica na área de farmácia do mesmo quadro de pessoal.

Adélia Teixeira dos Santos e Santos e José Manuel Leitão da Cunha, com a categoria de principal da carreira técnico-profissional de monitor de ATL do quadro residual de pessoal da Misericórdia de Lisboa — nomeados definitivamente, precedendo concurso interno de acesso limitado, na categoria de especialista da carreira técnico-profissional de monitor de ATL do mesmo quadro de pessoal.

Maria Fátima Penha Garcia Pereira, com a categoria de especialista da carreira técnico-profissional de monitor de ATL do quadro residual de pessoal da Misericórdia de Lisboa — nomeada definitivamente, precedendo concurso interno de acesso limitado, na categoria de especialista principal da carreira técnico-profissional de monitor de ATL do mesmo quadro de pessoal.

Maria Natália Carvalho Santos, Maria Luísa Sousa Godinho, Cecília Maria Santos Cavalheiro, Isabel Maria Santos Ribeiro Gomes, Maria Domingas Passão Fortio, Maria Celeste Pereira Brissos, Ilda Maria Fonseca Matos Bernardo, Lina Paula Costa Godinho Matoso, Fernanda Maria Belo Carrasco, Luísa Maria Franco Desmet e Elisária Lourenço Ferreira, com a categoria de técnico superior principal da carreira técnica superior de serviço social do quadro residual de pessoal da Misericórdia de Lisboa — nomeadas definitivamente, precedendo concurso interno de acesso limitado, na categoria de assessor da carreira técnica superior de serviço social do mesmo quadro de pessoal.

Luísa dos Santos Oliveira Santiago de Almeida Neto, Maria Isilda de Andrade Pereira Galdes e Maria Antónia Sanches de Melo Goulão, com a categoria de assessor da carreira técnica superior